



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL LUCIANO VIEIRA

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS PIRÂMIDES
FINANCEIRAS**

Solicita que esta CPI requisiite a quebra do sigilo das movimentações financeiras e fiscal, bem como reter os passaportes dos sócios AOS SÓCIOS ANGELO VENTURA, FRANCISCO DANIEL, MARCO ANTONIO FAGUNDES, REGIS LIPPERT, E TASSIA FERNANDA DA PAZ, DA IDEAL CONSULTORIA EM INVESTIMENTOS, CNPJ 13.871.035/0001-48.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais e com base na Lei Complementar nº 105, de 2001, art. 4º, combinada com a Lei nº 1.579/52, art. 2º e com a Constituição Federal, em seus artigos 5º, XII e 58,§ 3º, que esta Comissão requisiite a quebra do sigilo das movimentações financeiras e fiscal, bem como reter os passaportes dos sócios ANGELO VENTURA, FRANCISCO DANIEL, MARCO ANTONIO FAGUNDES, REGIS LIPPERT, E TASSIA FERNANDA DA PAZ, DA IDEAL CONSULTORIA EM INVESTIMENTOS, CNPJ 13.871.035/0001-48, de 01 de janeiro de 2018 até a presente data, a fim de investigar, possíveis práticas criminosas na movimentação financeira dessas contas, conforme justificativas abaixo apresentadas.

JUSTIFICAÇÃO

No rol das competências e prerrogativas constitucionais pelas quais as Comissões Parlamentares de Inquérito buscam melhor desempenhar seus misteres legais encontra-se a possibilidade de acesso ao sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático das pessoas físicas e jurídicas objeto de investigação no Parlamento, na medida em que tais informações se mostrarem imprescindíveis para o acesso e a própria continuidade das investigações. Nesse sentido, o Egrégio



Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente afirmado em sua jurisprudência: “O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) - ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política - não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). - As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal. (MS 23.452, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16.9.99, Plenário, DJ de 12-5-00).”

É exatamente a hipótese que se divisa com o presente requerimento.

Assim, as possíveis fraudes e crimes praticados pelos sócios da empresa acima, faz inferir que houve prática de transações financeiras e fiscais diversa dos padrões convencionais e legais, restando a esta Comissão lançar mão deste expediente na busca de esclarecimentos acerca da movimentação financeira, no período que especifica.

Por outro lado, afirma-se que a fundamentação da presente requisição, ao se utilizar de dados recebidos por essa Comissão Parlamentar de Inquérito com a cláusula da manutenção do sigilo judicial, o faz em situação de extrema excepcionalmente e no exclusivo interesse público, haja vista que, como afirmado, não haveria outra possibilidade de buscar, no rastro das ações perpetradas através desta Empresa, a

provação dos ilícitos praticados, notadamente aqueles relacionados com a possível



utilização dos recursos recebidos das apostas para atividades de contravenção penal

A quebra do sigilo bancário e fiscal dos sócios da Requerida contribuirá decisivamente com o objetivo de investigar profundamente as possíveis práticas criminosas na movimentação financeira dos pagamentos, bem como reter os passaportes, para evitar fuga do País, dos sócios ANGELO VENTURA, FRANCISCO DANIEL, MARCO ANTONIO FAGUNDES, REGIS LIPPERT, E TASSIA FERNANDA DA PAZ, DA INDEAL CONSULTORIA EM INVESTIMENTOS, CNPJ 13.871.035/0001-48, de 01 de janeiro de 2018 até a presente data.

À vista disso, esperamos que o presente requerimento seja aprovado pelos nobres pares.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2023.

Deputado LUCIANO VIEIRA

